



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570171 - RJ (2020/0078451-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : JOAO FRANCISCO NETO E OUTROS
ADVOGADOS : JOÃO FRANCISCO NETO - RJ147291
PAULA MONTEIRO BARIONI - RJ172579
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MARIO MARCELO FERREIRA DOS SANTOS SANTORO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **MARIO MARCELO FERREIRA DOS SANTOS SANTORO**, contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta dos autos que o paciente foi pronunciado pela suposta prática do delito descrito no art. 121, § 2º, I, III e VI, § 2º A, I e art. 211, na forma do art. 61, II, 'b', todos do Código Penal. Na ocasião foi mantida a prisão preventiva (e-STJ, fls. 22-42).

Interposto recurso em sentido estrito dessa decisão, a Corte local negou provimento ao recurso.

A defesa requereu ao Tribunal que determinasse a imediata realização de exames no paciente, ante o quadro clínico apresentado. O Desembargador Relator do RESE deferiu o pedido de determinou à administração da penitenciária que providenciasse a imediata realização de exames médicos no paciente.

Diante do não cumprimento da determinação e da pandemia do COVID-19, a defesa requereu ao Colegiado local a concessão de prisão domiciliar, tendo o Desembargador Relator do recurso em sentido estrito proferido decisão não conhecendo do pedido, argumentando supressão de instância.

Neste *writ*, a defesa sustenta, em síntese, que o paciente encontra-se com a saúde debilitada, apresentando diversos sintomas que exigem investigação médica adequada.

Aduz que o ofício encaminhado à Secretaria de Administração Penitenciária não chegou ao destino, em razão da redução das entregas efetuadas pelos correios, por conta da pandemia da COVID-19.

Alega que, diante proliferação do coronavírus e do fato do paciente se encontrar em grupo de risco, seria cabível a concessão da prisão domiciliar, sendo competência do Desembargador Relator do recurso em sentido estrito analisar o pedido.

Nesse contexto, requer, liminarmente, a concessão da ordem para que seja concedida a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, ao menos no período em que o isolamento social estiver vigorando em nosso país.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, cumpre registrar que esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, ressalvado nos casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, sob pena de indevida supressão de instância (Súmula 691/STF). (AgRg no HC 285.647/CE, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 25/08/2014; HC 284.999/SP Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 09/10/2014).

O enunciado aplica-se também à hipótese em que se impugna decisão singular do relator, a qual deveria ter sido impugnada por agravo interno, que devolveria a questão ao

colegiado competente, nos termos do art. 105, inciso I, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal.
Confirmam-se os seguinte julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ÓBICE DA SÚMULA 691 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não viola o princípio da colegialidade a decisão monocrática que se ampara no art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 (aplicável ao caso, por força do disposto no art. 3º do Código de Processo Penal) e no art. 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal.

2. Nos termos do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, 'não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de 'habeas corpus' impetrado contra decisão do relator que, em 'habeas corpus' requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar'.

3. A leitura da decisão monocrática impugnada na inicial (sentença condenatória) não evidencia, de pronto, a presença de alguma excepcionalidade, de flagrante ilegalidade ou de abuso de poder que justifique o afastamento da orientação contida na referida súmula.

Isso porque o Juiz sentenciante afirmou ser o acusado possuidor de maus antecedentes e reincidente específico, razões pelas quais afastou a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, fixou o regime inicial fechado e negou o direito de recorrer em liberdade (para o fim de garantir-se a ordem pública).

4. Agravo regimental não provido"

(AgRg no HC 435.454/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 12/4/2018);

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. ART. 210 DO RISTJ. ORDEM IMPETRADA CONTRA DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INCOMPETÊNCIA DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DESPROVIDO.

- Compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar habeas corpus impetrado nas hipóteses em que a autoridade coatora ou o paciente estejam indicados no art. 105, inciso I, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal.

- No caso, o writ foi impetrado contra decisão monocrática de proferida por relator no Tribunal de origem, a qual não foi impugnada por recurso cabível, objetivando submeter a decisão à apreciação do órgão colegiado. Uma vez não esgotada a instância ordinária, é manifesta, portanto, a supressão de instância. Precedentes do STJ e do STF.

- Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 332.057/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016);

"HABEAS CORPUS. ECA. INTERNAÇÃO-SANÇÃO. ATO COATOR DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR. INCOMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

[...]

4. O presente writ não ataca decisão colegiada, mas decisão monocrática de Desembargador negando seguimento ao habeas corpus impetrado no Tribunal de origem. Contra a decisão monocrática não foi interposto o recurso cabível, qual seja, o agravo em execução, para submeter o julgado à apreciação do órgão colegiado, e somente assim, permitir a análise do tema pelo Superior Tribunal de Justiça, sem incidir na vedada supressão de instância. 5. Habeas corpus não conhecido." (HC 264.184/RN, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, DJe 24/04/2013).

No caso dos autos, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade ou teratologia na decisão impugnada, de sorte que não resta justificado o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator